



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS – CCHE
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

ÂNGELA BÁRBARA DA SILVA DE AQUINO BARBOSA

**PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS: UMA ANÁLISE EM TORNO DA
EDUCAÇÃO ESPECIAL DESENVOLVIDA NA ESCOLA MUNICIPAL
PRESIDENTE VARGAS NO MUNICÍPIO DE SERTÂNIA – PE**

**MONTEIRO- PB
2018**

ÂNGELA BÁRBARA DA SILVA DE AQUINO BARBOSA

**PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS: UMA ANÁLISE EM TORNO DA
EDUCAÇÃO ESPECIAL DESENVOLVIDA NA ESCOLA MUNICIPAL
PRESIDENTE VARGAS NO MUNICÍPIO DE SERTÂNIA – PE**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Letras – Língua Portuguesa da Universidade Estadual da Paraíba, Campus VI, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Letras.

Área de concentração: Educação Especial.

Orientadora: Prof^a Esp. Maria da Conceição Almeida Teixeira.

**MONTEIRO – PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B238p Barbosa, Ângela Bárbara da Silva de Aquino.
Práticas educativas inclusivas [manuscrito] : uma análise em torno da educação especial desenvolvida na Escola Municipal Presidente Vargas no Município de Sertânia – PE / Angela Barbara da Silva de Aquino Barbosa. - 2018.
49 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas , 2018.
"Orientação : Profa. Esp. Maria da Conceição Almeida Teixeira. , Coordenação do Curso de Letras - CCHÊ."
1. Educação especial. 2. Atendimento Educacional Especializado (AEE). 3. Inclusão escolar. I. Título
21. ed. CDD 371.9

ÂNGELA BÁRBARA DA SILVA DE AQUINO BARBOSA

PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS: UMA ANÁLISE EM TORNO DA
EDUCAÇÃO ESPECIAL DESENVOLVIDA NA ESCOLA MUNICIPAL
PRESIDENTE VARGAS NO MUNICÍPIO DE SERTÂNIA – PE

Trabalho monográfico apresentado ao
Curso de Licenciatura Plena em Letras –
Língua Portuguesa da Universidade
Estadual da Paraíba, Campus VI, como
requisito parcial para obtenção do título
de licenciado em Letras.

Área de concentração: Educação
Especial

Aprovada em 28 de 11 de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

M^o da Conceição A. Teixeira

Prof^o Esp. Maria da Conceição de Almeida Teixeira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Lidiane Quirino Ramalho

Prof^a Esp Lidiane Quirino Ramalho
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Rogério Rodrigues de Lima

Prof. Esp. Rogério Rodrigues de Lima
AEE – Secretaria Municipal de Educação – Monteiro/PB

A meu sobrinho amado Antônio Lucas S. de Aquino Pacheco, diagnosticado com Síndrome de Asperger e TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) minha motivação maior para a realização desse trabalho. Aos colegas de caminhada que se autoentregam, se dedicam e jamais abrem mão de acreditar na inclusão à diversidade, especialmente Nélia Regina de O. Laet, Girlene Cordeiro Batista, e Maria das Graças Dantas (Tia Kinha). E Por fim dedico esta pesquisa a todos os alunos com necessidades educacionais especiais que já enfrentaram ou enfrentam a si mesmos, que lutam e tem coragem de se auto superarem.

AGRADECIMENTOS

A Deus, inteligência suprema e causa primária de todas as coisas.

Aos espíritos amigos e protetores.

A minha mãe, Maria Alice, pelo amor incondicional e incentivo constante.

Aos meus irmãos, Cecília e Gabriel, por todo apoio e compreensão.

A meu bem, Albérico Pessoa de Siqueira, porto do amor e companheirismo durante essa jornada.

A meu amigo irmão, Damião Rocha, companheiro de tantas aventuras.

A minha orientadora, Maria da Conceição de Almeida Teixeira, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos, minha eterna gratidão.

E a todo corpo docente pelos ensinamentos, em especial Joana Dar'k Costa, pelo carinho, amizade, conselhos e incentivo constante em todo o decorrer do curso.

*A inclusão acontece quando
aprendemos com as diferenças,
e não com as igualdades.*

Paulo Freire

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é mostrar no cotidiano da escola Municipal Presidente Vargas, localizada no Município de Sertânia/PE, como as dificuldades e resistências ao ato de incluir alunos com necessidades educacionais especiais e inseri-los no contexto social das escolas regulares, pode ser retrógrado e prejudicial para essas crianças, uma vez que elas precisam dessa interação para seu desenvolvimento social. Durante o decorrer da pesquisa, trataremos questões como: o que de fato é a inclusão? Para que haja de fato um processo de inclusão satisfatório é necessária uma enorme mudança no sistema político de ensino brasileiro. A Educação Especial é uma modalidade de ensino que vem colaborando para este processo de inclusão. Partindo, desta informação que é referenciada por pesquisadores Como Mazzota (1996), Ferreira (2006), que discutem as práticas educativas das pessoas com necessidades especiais, a presente pesquisa buscou, portanto explicitar os avanços da Educação Especial no município de SERTÂNIA-PE e responder a seguinte questão: Quais contribuições a Educação Especial está ocasionando no processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais da Escola Municipal Presidente Vargas? Para tanto nos baseamos principalmente em documentos como as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica 2001, a Declaração de Salamanca, 1994 e a Constituição Federal de 1988, dentre outros.

Palavras- Chave:Inclusão.Educação Especial.Diretrizes

ABSTRACT

The objective of the present research is to show in the quotidian of the President Vargas Municipal School how the difficulties and resistances to including, receiving students with special educational needs and inserting them in the social context of regular schools can be retrograde and harmful for these children , since they need this interaction for their social development. During the course of the research, we will address issues such as: what is inclusion? How does the lack of preparation influence the understanding of these professionals in education about the laws that favor social inclusion? For in order for there to be a satisfactory inclusion process, a huge change in the Brazilian education system is still necessary. Special Education is a teaching modality that has been contributing to this inclusion process. Starting from this information, which is referenced by researchers who discuss the educational practices of people with special needs, this research seeks to make explicit the advances of Special Education in the municipality of Sertânia-PE and answer the following question: What contributions to Special Education is causing in the process of inclusion of students with special needs of the President Vargas Municipal School? To do so, we rely mainly on documents such as the National Guidelines for Special Education in Basic Education 2001, the Salamanca Declaration, 1994, and the 1988 Federal Constitution, among others.

Keywords: Inclusion. Teaching and learning. Special education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Formulário para pais ou responsáveis.....	27
Figura 2– Formulário de Registro de atividade diária do professor	29
Figura 3– Formulário de Síntese semestral do trabalho desenvolvido	30
Figura 4– atividade desenvolvida na sala de AEE (08/08/2018).....	32
Figura 5– atividade desenvolvida na sala de AEE (15/08/2018).....	34
Figura 6– atividade desenvolvida na sala de AEE (18/08/2018).....	35
Figura 7– atividade desenvolvida na sala de AEE (18/08/2018).....	35
Figura 8– atividade desenvolvida na sala de AEE (29/08/2018).....	36
Figura 9– atividade desenvolvida na sala de AEE (29/08/2018).....	37
Figura 10– atividade desenvolvida na sala de AEE (04/09/2018).....	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEU PERCURSO HISTÓRICO	13
2.1 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	15
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	22
3 ATENDIMENTOS NAS SALAS DE AEE DO MUNICÍPIO DE SERTÂNIA/PE	25
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS OBSERVAÇÕES.	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	42
ANEXOS	44

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas e mais especificamente a partir da Declaração de Salamanca em 1994, a inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular tem sido tema de pesquisas e de eventos científicos, abordando-se desde os pressupostos teóricos, políticos e filosóficos até as formas de implementação das diretrizes estabelecidas na referida declaração.

Esse novo processo social que permite a inclusão de crianças com necessidades especiais em sala de aula comum teve a contribuição de vários campos de estudo como a pedagogia, a psicopedagoga e a sociologia, o que ampliou a relativização do olhar etnocêntrico que as pessoas ditas “normais”, os que são aceitos pela sociedade, construíram ao longo das relações com os sujeitos excluídos socialmente.

Nesse sentido, a Educação Especial é um dos campos das políticas públicas educacionais que vem colaborando para o processo de inclusão, o que torna importante a construção de um conhecimento em relação às contribuições que esta modalidade de ensino proporcionou à inclusão escolar.

As transformações que a educação especial vem passando e promovendo durante as últimas décadas é um aspecto importante dentro do contexto atual. A partir do paradigma de “Educação para Todos”¹, a (re)conceituação de educação especial, que aborda de forma mais atenciosa a concepção de educação inclusiva, nos mostra uma nova perspectiva para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais e traz subsídios importantes para a prática no sistema educacional, as novas maneiras que essa modalidade de ensino passou a ser vista carrega em si um olhar mais amplo e realista no que diz respeito ao atendimento à indivíduos com necessidades especiais e dificuldades de aprendizagem.

Os indivíduos com necessidades especiais ao longo do tempo passaram por várias situações. Em um primeiro momento, eles eram ignorados, o que caracterizava sua segregação e exclusão. No segundo, passam a ser percebidos como possuidores de certas capacidades, ainda que limitadas. No entanto, o tratamento e as práticas eram alienantes e condicionadas apenas no intuito de protegê-los, de cuidados que não seriam

¹Educação para todos, é um programa da UNESCO, que tem por objetivo diminuir os índices de exclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares, e diminuir também os índices de analfabetismo, em todas as faixas. Fonte: <http://educacaosec21.org.br/objetivos-pos-2015/desafios-pos-2015/links-para-sites-e-documentos> (acessado em 11-07-18)

relevantes para a inserção dos indivíduos no meio social, o que explica as funções dos asilos, abrigos e escolas especiais – lugares nos quais essas pessoas eram trancadas. O terceiro momento é marcado pelo reconhecimento do valor humano destes indivíduos, portanto a legitimação de seus direitos (SANTOS 1999).

Este último momento faz parte de uma conquista histórica dos movimentos das minorias pela luta dos direitos humanos, mas outros fatores como o avanço científico, um crescente pensar questionando o significado e o sentido de práticas discriminatórias e clamando por um mundo democrático além do avanço tecnológico, foram significativos para a evolução da educação especial.

Tais acontecimentos criaram a necessidade de formar indivíduos-cidadãos, sabedores e conscientes de seus valores e de seus direitos e deveres, o que implicou no desenvolvimento de programas educacionais e de uma educação qualitativa flexível aos variados tipos de alunos. Diante desse panorama, temos por objetivo analisar as práticas educativas da Educação Especial na Escola Municipal Presidente Vargas, localizada no município de Sertânia no estado de Pernambuco, considerando os processos de ensino e aprendizagem como parte do processo de inclusão.

Para tanto, realizamos visitas à escola entre os meses de julho a setembro de 2018, período em que observamos 14 intervenções nas salas do Atendimento Educacional Especializado – AEE, além de outros locais e momentos dessas crianças em atendimento, como o intervalo, as atividades extraclasses no pátio da escola. Participamos ainda de um evento realizado pela secretaria de educação do município de Sertânia-PE (Semana da pessoa com deficiência), no qual pudemos verificar a participação efetiva dessas crianças em apresentações de dança, música, pinturas, dentre outras atividades.

A nossa pesquisa descritiva, também se realizou com visitas a Escola Presidente Vargas, e entrevistas com duas psicopedagogas responsáveis pelo processo de inclusão da referida unidade de ensino, o fato de nossa pesquisa ser descritiva se dá pelo desejo de descrever a rotina, os projetos pedagógicos voltados para a educação especial e as ações que são tomadas no cotidiano escolar, ou seja, a realidade da Escola Municipal Presidente Vargas e de todos os alunos especiais por ela atendidos, Pois, segundo Rossato (2005, p. 21),

É importante que a escola esteja alerta para que sejam projetadas nas crianças as limitações e as inadequações metodológicas que se configuram, muitas vezes, como dificuldades de aprendizagem ou

deficiência do aluno. A escola deve buscar refletir sobre sua prática, questionar seu projeto pedagógico e se ele está voltado para a diversidade.

O procedimento adotado para desenvolver um estudo crítico sobre o problema já evidenciado é o estudo de caso, procedimento metodológico que permite ao pesquisador ampliar seus conhecimentos e desenvolver uma criticidade que colabora para suas ações enquanto sujeito construtor da sociedade (Mazzota, 1996). A partir do estudo de caso, a pesquisa almeja analisar como a referida escola desenvolve as práticas educativas inclusivas.

Para a realização da coleta e análise de dados utilizamos os resultados da observação das crianças da sala AEE e uma entrevista realizada com as docentes e psicopedagogas que acompanharam todo nosso processo de observação análise e também realizamos duas visitas a Secretaria de Educação do município, onde pudemos contar com o apoio da coordenadora de Educação Especial no município, Flávia Cordeiro.

A partir de documentos como as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica / Secretaria de Educação Especial- MEC; SEESP e de autores como, Beauclair (2007), Bossa (2007), Brasil (1971; 1990; 1994; 1996), Porto (2007), Santos (2011), Scoz (2000) entre outros, a pesquisa resgatará a evolução histórica da educação especial, como também, refletir até que ponto os aspectos teórico-metodológicos das práticas pedagógicas contribuem para o processo de inclusão.

A presente monografia esta organizada em três capítulos. No primeiro trataremos sobre a Educação Especial e seu percurso histórico, pelo mundo até chegar ao Brasil, e depois especificamente ao município de Sertânia. No segundo capítulo intitulado por (Atendimentos nas salas AEE no Município de SERTÂNIA-PE), apontaremos sobre como são realizadas as aulas nas salas AEE da escola Municipal Presidente Vargas, acompanharemos a rotina de algumas crianças durante o atendimento, a fim de verificar como de fato esse processo de inclusão esta sendo realizado e se está sendo satisfatório. No capítulo três trataremos as descrições e análises das observações, a discussão desses dados e uma conclusão sobre os resultados dos processos de inclusão da referida escola em análise.

2A EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEU PERCURSO HISTÓRICO

Inicialmente, a educação especial começa a ser analisada desde a era pré cristã, na qual pessoas com necessidades especiais eram tratadas com descaso sem nenhuma importância perante a sociedade, não havia nenhum órgão responsável pela educação e inclusão dessas pessoas, por não atenderem aos padrões impostos pela sociedade da época.

Na era Cristã, segundo Pessotti (1984, p. 7), “o tratamento variava segundo as concepções de caridade ou castigo predominantes na comunidade em que o deficiente estava inserido”, ou seja, o tratamento voltado para as pessoas com necessidades especiais passou a ser visto com outros olhos e variava segundo a localidade. Havia comunidades, por exemplo, onde essas pessoas, mesmo tidas como seres inferiores devido sua deficiência, eram consideradas seres divinos e angelicais e mereciam um bom tratamento, principalmente por parte da Igreja Católica que, com a propagação do cristianismo, se viu totalmente responsável por essas pessoas. Já em outras regiões, deficientes, principalmente físicos, não eram vistos com bons olhos, eram comparados até mesmo a demônios e eram tratados com castigos e desprezo.

Mesmo com essa movimentação por parte da igreja católica, não foi feito um trabalho de inclusão satisfatório, pois os ditos anormais permaneciam afastados da vida em sociedade, e muitas vezes afastados de seus familiares, que os renegavam, sobrecarregando mais uma vez a igreja e esquivando-se de suas responsabilidades, como afirma Pessotti (1984, p. 24)

Já não se pode, justificadamente, delegar à divindade o cuidado de suas criaturas deficitárias, nem se pode, em nome da fé e da moral, levá-las à fogueira ou às galés. Não há mais lugar para a irresponsabilidade social e política, diante da deficiência mental, mas ao mesmo tempo, não há vantagens para o poder público, para o comodismo da família, em assumir tarefa ingrata e dispendiosa em educá-lo. A opção intermediária é a segregação; não se pune, nem se abandona, mas também não se sobrecarrega o governo e a família com sua incômoda presença.

Seria mais viável, portanto, retirar de cena as pessoas com limitações, lotando hospitais e hospícios, maquiando a real situação, com o intuito de satisfazer vontades da sociedade que se incomodava em conviver com essas pessoas fora dos padrões vigentes da época.

Por volta dos séculos XVIII e XIX, começam a surgir as primeiras instituições de proteção à pessoa com necessidade especial, que eram separadas dos demais, porém não mais para serem menosprezadas e ridicularizadas, mas sim protegidas. O que ainda era uma forma de exclusão, pois não havia explicação que justificasse a necessidade de separar, retirar da sociedade para proteger.

Apenas no século XX começam a surgir classes especiais dentro de escolas públicas regulares, porém ainda havia a segregação, pois as crianças com necessidades especiais eram mantidas separadas das crianças ditas normais. O surgimento dessas salas especiais no fim do século passado foi um grande avanço na educação especial, em torno dos anos 70, quando houve uma movimentação maior de pessoas engajadas em inserir crianças e adolescentes na vida escolar, com o objetivo de torná-los o mais próximo possível de uma educação oferecida a pessoas ditas normais.

De acordo com Mendes (1995, p. 23)

A defesa das possibilidades ilimitadas do indivíduo e a crença de que a educação poderia fazer uma diferença significativa no desenvolvimento e na vida das pessoas aparecem no movimento filosófico posterior à Revolução Francesa.

A partir desse momento, o viés de “Educação para Todos” passou, ainda que de maneira lenta, a ser vista como uma educação inclusiva, na qual crianças com necessidades especiais também deveriam ser inseridas no ensino regular. Em 1948, com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) reconhecendo que “todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos” (artigo 1º) garantiu-se, ao menos no papel, ao cidadão com necessidades especiais o direito de ser inserido na escola regular.

Na década de 60, houve uma enorme manifestação, em prol da defesa dos direitos de pessoas com de necessidades especiais, elencada nos direitos humanos. Muitos países se reuniram visando desinstitucionalizar os espaços chamados teoricamente de espaços inclusivos, tentando tornar assim a inclusão mais ampla, de maior acessibilidade, e com maior visibilidade.

Dos anos 80 e 90 em diante, começam a ocorrer vários tipos de transformações, há destaque para o discurso de que a diversidade enriquece, humaniza e transforma a sociedade, portanto não teria mais necessidade de fazer a educação especial em ambientes e setores separados. Surge portanto a necessidade da criação de espaços que atendam às necessidades de todos os indivíduos, construindo de fato uma educação

inclusiva, em um “processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino”(MRECH, 2007, p.43).

É nesse mesmo ano (1990) que ocorre na Tailândia a Conferência Mundial de Educação para todos, momento que fica assegurada por lei a educação a todas as crianças sem nenhuma distinção. Mais tarde em 1994, é divulgada na Espanha a Declaração de Salamanca que tem por objetivo discutir os direitos das pessoas com necessidades especiais.

Notamos então que houve nessa época uma revolução quanto a educação especial, pois começam a surgir as primeiras escolas para portadores de necessidade especiais e os primeiros cursos de formação de professores.

2.1A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Outras duas instituições criadas no Brasil que impulsionaram o desenvolvimento da educação especial no país foram o Instituto dos Meninos Cegos e o Instituto dos Surdos-mudos, na cidade do Rio de Janeiro. Após a fundação desses dois institutos a questão da inclusão, da conscientização da sociedade para a educação especial ganhou mais notoriedade.

Apenas na época do império por volta de 1822 é que a educação especial começa a ser vista com maior atenção por parte dos governantes brasileiros, pessoas com deficiência mental começaram a ser tratadas em hospitais psiquiátricos, mas ainda se mantinha a tradição de segregar, pois esses indivíduos recebiam atendimento especializado, porém seguiam separados da vida em sociedade.

A educação especial teve uma expansão maior após a Proclamação da República, em 1889, ampliando-se em todo o território brasileiro. Nos anos 20, ocorreram algumas reformas na educação especial, como a ampliação de cursos de formação de professores. Foram trazidos para o Brasil vários profissionais, com o intuito de especializar professores brasileiros a fim de dar uma melhor assistência aos alunos com necessidades especiais.

No entanto, até a década de 1940 não se tinha ainda uma política voltada para a inclusão de crianças especiais, apenas dez anos mais tarde que começam a surgir as primeiras escolas inclusivas e instituições voltadas para esse público, como por exemplo, a Associação de Pais e Amigos do Excepcional – APAE, criada em 1954, dando início ao tratamento especializado para crianças e apoio a suas famílias.

Nos anos 60, começa a ganhar reforço à temática da educação especial, o que, conseqüentemente, ocasionou um aumento de instituições e pessoas especializadas, voltadas para o trabalho com a educação especial, como observa Ferreira (2006, p. 87)

A partir do final dos anos 1960, e de modo mais destacado nos anos 1970, as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob a égide dos discursos da normalização e da integração. A educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda constitucional de 1978 e a Lei nº. 5692/71, de reforma do 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional: as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação sobre diretrizes de educação especial, a criação dos setores de educação especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação especial na educação escolar (os professores dos excepcionais) e também no campo de reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação/ educação especial).

Ferreira nos mostra, portanto, que nas décadas de 60 e 70 as reformas que ocorriam na pauta da educação começaram também a interferir na educação especial, trazendo políticas mais voltadas para a causa da inclusão como, por exemplo, a criação de carreiras especializadas em educação especial e a criação de setores de educação especial.

Enquanto que, na década de 1970, observa-se nos países desenvolvidos amplas discussões e questionamentos sobre a integração dos deficientes mentais na sociedade, no Brasil acontece neste momento a institucionalização da Educação Especial em termos de planejamento de políticas públicas com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em 1973. A finalidade do CENESP era “promover, em todo território Nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais” (MAZZOTTA, 1996, p.55).

Em 1970 houve um marco muito importante na educação especial, pois além da rede pública de educação, as escolas e instituições privadas, também começam a aderir a educação especial, numa tentativa de unificar a educação para todos. Em 1981, acontece o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” movimento que teve como objetivo mobilizar as pessoas em prol da inclusão de pessoas com necessidades especiais na educação formal.

O movimento foi satisfatório, pois houve um aumento positivo de cadastros de pessoas especiais, em instituições de ensino regular, dados confirmados pelo Ministério da Educação sobre o atendimento especializado.

Por ocasião do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1981, quando o Ministério da Educação recomenda a participação ativa das organizações não governamentais no processo de “integração social”, praticamente lhes delegando a responsabilidade de desenvolvimento de oficinas de produção (SILVA; MAZZOTTA, 1999,p.52).

A década de 80 ficou marcada, de um modo geral, como a década da inclusão no Brasil. Em 1988 que foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a Constituição Federal, em ambos os documentos há a temática da educação inclusiva, a partir dos quais se começou a agregar, de forma mais notória em seus programas, o acesso a escola de pessoas com limitações.

Apenas no início dos anos 90, as próprias pessoas com necessidades especiais começaram a se envolver fortemente em campanhas e eventos cobrando a inclusão. O que, ao longo dos anos, vêm mostrando resultados, pois é cada vez maior a busca pela aceitação e inclusão nos mais variados meios de convivência. Lamentavelmente, ainda não podemos dizer que temos uma educação totalmente inclusiva, pois apesar de todo o esforço de pessoas especiais em se superarem, mostrar que têm capacidade para ocupar tais cargos, ainda há preconceito e certa resistência em incluir. Como afirma Bueno (1994, p. 23)

é mínimo o acesso à escola de pessoas que apresentam deficiência mental, com o agravante de esse acesso servir mais a legitimação da marginalidade social do que à ampliação das oportunidades educacionais para essa população.

Ou seja, ainda tem-se investido pouco para o acesso de pessoas com algum tipo de deficiência na vida escolar e isso acarreta danos para a vida profissional desses indivíduos.

Algumas instituições, que já lutavam pela inclusão, ganharam maior notoriedade. Podemos afirmar que essa luta teve um avanço significativo entre os anos 1990 e 2000, pois obteve a capacidade de inserir os cidadãos com necessidades especiais de maneira mais regularizada e quase nenhuma segregação como no período pré-cristão.

O fundamento que sustenta a lei da inclusão é garantir o direito aos cidadãos, conscientizá-los de que eles são membros indispensáveis para a sociedade. O desafio de encontrar soluções para que alunos com necessidades especiais tenham acesso e garantam sua permanência nas instituições de ensino educacionais tem sido um dos

principais debates sobre inclusão social nas escolas regulares brasileiras. Meirieu (2005, p. 44) afirma que:

Abrir a Escola para todos não é uma escolha entre outras: é a própria vocação dessa instituição, uma exigência consubstancial de sua existência, plenamente coerente com seu princípio fundamental. Uma escola que exclui não é uma escola [...]. A Escola, propriamente, é uma instituição aberta a todas as crianças, uma instituição que tem a preocupação de não descartar ninguém, de fazer com que se compartilhem os saberes que ela deve ensinar a todos. Sem nenhuma reserva.

Há escolas, das redes públicas e privadas, que já aderiram a mudanças e adaptações para se adequarem às limitações dessas crianças e adolescentes, o que já significa um avanço importante para a inclusão, mas, o que ainda causa preocupação é como essas mudanças estão sendo feitas, se há realmente uma intenção em incluir esses alunos especiais no ensino regular, ou apenas fingir que se insere, uma vez que se dizer uma escola inclusiva vai muito além de apenas tentar aplicar o que manda a lei da inclusão.

É necessária uma atenção especial, um tratamento a fundo, para que de fato aconteça a inclusão, outro fator importante para a formação da escola inclusiva é a participação ativa dos pais e da comunidade escolar, pois ambos ajudam a tornar o ambiente bem mais propício a inclusão, levando o aluno a dar continuidade no ambiente escolar ao que já foi iniciado em casa e em seu convívio social.

Diante de algumas conversas, em reuniões pedagógicas com professoras da educação básica da Escola Municipal Presidente Vargas, pôde constatar que um dos principais problemas encontrados no processo de criação das escolas inclusivas é a formação de professores e profissionais capacitados. Uma vez que esses processos são repetidos ano após ano, no entanto o que ocorre é simplesmente uma transmissão de conhecimentos mecanizados e tradicionalistas quase sempre voltados para alunos ditos normais que são idealizados pelas escolas para obterem determinados rendimentos considerados dentro dos padrões exigidos, deixando de lado uma formação mais específica que seria de mais vantagem para o aluno com necessidades especiais.

Para que esses professores se adéquem à educação inclusiva é necessário que haja uma mudança nessa formação, uma criação de conteúdos educativos visando a interação entre o aluno com limitações e o novo meio onde ele será inserido. O que se espera desse novo processo de formação de professores para trabalhar com alunos

especiais é justamente saber estimular a autonomia, a comunicação e aguçar a criatividade da criança com limitações, fazendo com que ela desperte e se reconheça como possuidora do seu conhecimento.

As limitações desses alunos são justamente o que deve ser tomado como motivação para que esses professores procurem formação adequada, visando uma melhoria em suas habilidades buscando sempre facilitar o processo de inserção

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de refletividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante *investir a pessoa* e dar estatuto *ao saber da experiência*. (NÓVOA, 1995, p.25, *grifos do autor*).

Devemos compreender então a escola inclusiva como um espaço propício para o desenvolvimento da aprendizagem docente em relação a como lidar com as necessidades desses alunos, a escola deve ser um espaço reforçador de todo o conteúdo teórico que o professor em formação vê nas suas aulas, levando o mesmo a repensar suas ações, suas técnicas utilizadas para avaliar, instruir e até mesmo conviver com essas crianças especiais.

Outro fator que muitas vezes dificulta a inclusão é um questionamento levantado pela maioria dos profissionais da educação, que é se todos os alunos com deficiência estarão aptos a frequentar a escola regular, para Maria Teresa Mantoan² “A escola é a instituição responsável por introduzir a criança na vida pública. E você não pode dizer que esse aqui vai ser introduzido na vida pública e esse não”.

Essa afirmação de Mantoan tem fundamento, uma vez que para a lei da inclusão essa dúvida nem deveria existir, pois todos têm direito a educação independente de suas condições de modo geral, pois o importante não é que a criança ou adolescente com necessidades especiais aprenda o mesmo conteúdo aplicado a alunos ditos normais, e sim que o mesmo consiga desenvolver sua autonomia e interagir com o meio social onde esta inserida. Como afirma Santos (1995, p. 21) “é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza”.

²Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade (Leped) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Disponível em: G1.globo.com/educacao/noticia/2013/03/inclusao-de-alunos-com-deficiencia-intelectual-cresce-e-desafia-escolas. Acesso em 11 jul. 18

O fato é que a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais tem sido ainda mal compreendida, limitando o processo de inclusão, e o ensino básico escolar tem sido de acesso a poucos, portanto se não houver uma mudança significativa, como por exemplo, mais projetos e mais cursos de formação de professores na área da educação inclusiva, a caminhada se tornará cada vez mais difícil.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Nº 9.394/96) estabelecem que os alunos com necessidades especiais devem estudar de preferência nas escolas regulares e que todos têm direito à educação.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns(LDB, 1996, s/p).

Portanto, percebemos que não é somente obrigação dos pais, mas dos educadores e das escolas, inserirem crianças com necessidades especiais no ambiente escolar, com o intuito de que ela se desenvolva de maneira mais natural possível.

Com ênfase na Declaração de Salamanca (1994), incluída como um dos principais documentos mundiais que apontam à inclusão social, defende-se a ideia da dignidade e do direito para todos “inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.5). O documento ainda esclarece a possibilidade da existência das escolas inclusivas, no entanto enfatiza a responsabilidade de todos os envolvidos nas instituições de ensino, “ao mesmo tempo em que escolas inclusivas provêm um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores”(ibidem, p. 5).

O mesmo documento afirma que não é apenas a ideia de uma escola inclusiva que possibilitará sua realização, “a reforma das instituições sociais não constitui somente uma tarefa técnica, ela depende, acima de tudo, de convicções, compromisso e disposição dos indivíduos que compõem a sociedade” (ibidem, p.5). Não basta apenas um espaço físico adequado e até mesmo um profissional capacitado, se este não se

envolver com a causa. É necessário que todos os profissionais da escola inclusiva se empenhem na tarefa de incluir.

De acordo com Carvalho (2010, p. 5), “o mundo em que vivemos exige que os educadores desempenhem papéis que vão muito além de transmitir conhecimentos e cultura”. O autor insiste em afirmar que “nesta fase de evolução histórica de paradigmas, não podemos nos limitar a repensar a educação especial, como se sua inexistência pudesse solucionar todos os problemas das escolas”(CARVALHO, 2010, p. 137). A proposta inclusiva requer outro tipo de mudanças, muito mais amplas, envolvendo a educação como um todo, envolvendo a família e a própria sociedade.

Isso implica dizer que o professor deve estar preparado para atender à diversidade, porque em muitas situações, com bases em minhas experiências pessoais vivenciadas ao longo de três anos, pude verificar que boa parte dos docentes não estão aptos para receber alunos com necessidades educacionais especiais. Diante dessa falta de preparo, eles não sabem como lidar com as necessidades desses alunos deixando-os realizar atividades impróprias para as suas reais condições o que não gera uma aprendizagem satisfatória.

O cenário do fracasso escolar continuará presente nas instituições de ensino enquanto não forem discutidos métodos alternativos para que possam ser aplicados nas escolas regulares. Gonçalves e Willians ampliam a discussão quando propõem uma análise sobre as estratégias de ensino em que “discutir abordagens metodológicas aplicadas à educação especial parece extremamente adequado quando, atualmente, se coloca, de um lado, o desafio de programar a política da educação inclusiva” (2009,p.34). Os autores colocam em evidência que a formação de professores deve torná-los capazes de “ensinar” a todos os seus alunos. E é justamente nesse contexto, que as políticas da educação inclusiva apontam suas fragilidades diante do processo de inclusão.

Se a formação de professores voltada para a educação especial não for feita de maneira adequada, em instituições realmente comprometidas com a causa, com uma política educacional séria e a escola dita inclusiva não fizer por onde de fato realizar essa inclusão, inserindo o aluno com deficiência em todo o cotidiano escolar, todo esforço será inútil, pois se não há interação entre escola, sociedade e família a inclusão será falha.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Inclusiva (2011) defendem o ingresso dos alunos com necessidades especiais no sistema regular de

ensino, sendo abolido qualquer tipo de conduta preconceituosa ou excludente “o princípio fundamental desta política é de que o sistema regular deve atender a diversidade do alunado, isto é todos os que se encontram excluídos, frequentadores da escola”(p.08). Essa abordagem fixa na importância da necessidade dos educadores em compreender que o processo de inclusão é mais do que garantir o acesso, ou seja, devem estar preparados para atender as diversidades como um todo, porque é garantido pela constituição que seja oferecido um ensino de qualidade em todos os âmbitos escolares

Em sua obra, *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire diz que “aos esfarrapados do mundo e aos que com eles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (1970, p.12). Assim, vemos que há uma necessidade grande de se assumir a responsabilidade de incluir, abraçar a causa propriamente dita, se tratando não apenas do cumprimento da lei, mas de uma tarefa prazerosa, que acolha e mostre ao aluno com limitações que ele é capaz.

Para Saviani (1995, p. 45), “ao adquirir competência o professor ganha também condições de perceber, dentro da escola, os obstáculos que se opõem à sua ação competente”, ou seja, os professores, de forma geral, precisam ter consciência do seu papel na formação de alunos com necessidades educacionais especiais, tendo consciência das leis, das formações necessárias para sua capacitação.

É nesse processo de interação que o aluno poderá enfrentar suas dificuldades e limitações demonstrando suas capacidades e desenvolvê-las, acreditando, assim, na superação a cada dia. Ao fim dessa pesquisa mostraremos quais são os desafios que o ato de incluir enfrenta no processo de ensino e aprendizagem e ainda o quanto esses desafios podem estar relacionados ao mau desenvolvimento de alunos com necessidades educacionais especiais. Uma vez que mesmo todas essas crianças e adolescentes tendo seus direitos assegurados por leis e decretos, ainda nos deparamos com casos de omissão as leis de inclusão.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Temos vários documentos oficiais brasileiros que discorrem sobre a educação especial, como a Constituição da República Federativa do Brasil 1988, que assegura a todo cidadão portador de necessidade especial o direito a educação numa escola regular adaptada às suas necessidades, e com profissionais aptos a recebê-lo. No artigo 206,

inciso I, determina a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Outro documento oficial muito importante a Declaração de Salamanca(1994) é conhecido mundialmente e visa à inclusão, “[...] proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de educação para todos firmada em 1990” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994,p.12), trazendo ideias inovadoras e buscando garantir um lugar na sociedade para as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais.

A Política Nacional de Educação Especial(1994, p. 19)

(...) condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que (...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais.

Esta política, não causou nenhuma mudança na reformulação já existente nas práticas educacionais, tem o intuito apenas de manter a responsabilidade da educação inclusiva e classes regulares, valorizando a capacidade de aprendizagem dessas crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96prioriza a questão do sistema de ensino manter assegurado ao aluno portador de necessidade especial, um currículo que atenda suas necessidades, e se volta também para aquelas crianças especiais que não atingiram o nível que é exigido pelas instituições de ensino para a conclusão do ensino fundamental e médio.

Esses documentos leis, decretos, portarias, resoluções e etc., de maneira geral, visam defender o direito de incluir, reforçam a ideia de que é dever do governo, dos pais e da sociedade de modo geral assegurar o direito a educação de todas as crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Além de garantia dos direitos, esses documentos também asseguram aos professores o direito de ter acesso a uma formação especializada, uma capacitação adequada para que possam atender às necessidades das crianças especiais que serão inseridas nas escolas regulares.

Para Freitas (2005, p. 9)

Um pressuposto frequente nas políticas relativas à inclusão supõe um processo sustentado unicamente pelo professor, no qual o trabalho do

mesmo é concebido como o responsável pelo seu sucesso ou fracasso. É claro que a aprendizagem dos alunos é uma das metas fundamentais, não só dos professores, mas de todo o profissional que esteja implicado com a educação e, sem dúvida, uma prática pedagógica adequada é necessária para alcançá-la.

Portanto, é direito do professor ter acesso a uma formação continuada de qualidade, para que desenvolva seu trabalho de maneira teórica e prática, sabendo lidar com situações cotidianas, sem afetar o desenvolvimento da criança especial. Os profissionais de educação envolvidos com a causa, sempre questionaram a necessidade de uma maior interação entre o professor de escola regular e os alunos com necessidades especiais recentemente inseridos no meio escolar, além de um espaço físico adequado para atender as necessidades dessas crianças.

Diante dessa situação, surgiu a ideia de criar a Sala AEE (Sala de Atendimento Educacional Especializado), para que no contra turno essas crianças pudessem ter um atendimento exclusivo. Essas salas foram implantadas nas escolas regulares com o intuito de promover a inclusão e dar maiores condições desses alunos serem atendidos de maneira adequada a sua limitação.

3 ATENDIMENTOS NAS SALAS DE AEE DO MUNICÍPIO DE SERTÂNIA/PE

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi criado pelo decreto da Lei nº 5418/2008, surgiu com o intuito de atender única e exclusivamente alunos com necessidades educacionais especiais, e deve ser realizado no contra turno escolar, numa sala de recursos especiais, dentro ou fora da escola.

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Especial, considerando a Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito de todos a educação; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008; e o Decreto Legislativo nº 186, de julho de 2008, que ratifica a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008. (<http://portal.mec.gov.br>Acesso em 18 set. 2018)

As salas do AEE devem possuir materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional e, portanto, atender as limitações desses alunos, realizando um serviço especializado que complemente a formação do estudante por meio de estratégias que eliminem os obstáculos para sua participação no meio social em que vive, e também o desenvolvimento de sua aprendizagem. O público alvo dessas salas, são todos os estudantes que possuem alguma necessidade educacional especial, seja ela de natureza física, intelectual ou sensorial, bem como as crianças e adolescentes que apresentam altas habilidades/superdotação.

O AEE, é um serviço da educação especial que [...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para plena participação dos alunos, considerando suas necessidades especiais (BRASIL, 2010, p.12).

Além disso, deve ficar claro no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola que aquela instituição oferece o atendimento educacional especializado. Durante uma roda de conversa em uma formação continuada da Escola Municipal Presidente Vargas, podemos concluir que as salas AEE devem considerar o aluno com necessidade educacional especial como sujeito do processo de aprendizagem e um ser de possibilidades; devendo também intermediar a ligação entre o ensino regular e a educação especial, os professores selecionados para atender nessas salas devem ter formação específica na educação especial, inicial ou continuada.

Em visita à Secretaria Municipal de Educação do município de Sertânia- PE verificou-se que as salas do AEE foram implantadas na rede municipal de ensino apenas no ano de 2014. Seis anos após a lei ser sancionada. A primeira escola a recebê-las foi a Escola Municipal Presidente Vargas, tendo como pioneira nas suas instalações a Professora e Psicopedagoga Nélia Regina Laet, formada em educação especial pela UPE (Universidade de Pernambuco). Nélia Laet foi a responsável pelo atendimento imediato das crianças com necessidades educacionais especiais, posteriormente, com o auxílio da também professora e psicopedagoga Girlene Cordeiro, formada em educação especial pela UPE (Universidade de Pernambuco). As salas ganharam maior espaço e visibilidade, aumentando o atendimento de crianças com limitações naquela instituição.

De acordo com Flávia Cordeiro dos Santos (Psicopedagoga Clínica e institucional e Coordenadora da Educação Especial no município de Sertânia-PE, são atendidas nas salas AEE cerca de cinquenta e duas crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, pois além da escola em análise o município tem mais duas unidades de ensino que também possuem acompanhamento nas salas AEE. A coordenadora destaca ainda que há em todas essas instituições um documento norteador de recurso funcional que é o Plano de Atendimento do AEE, que serve de apoio não só para os professores da educação especial, mas também para todos os outros funcionários das escolas onde funcionam as salas AEE.

A secretaria de educação faz visitas constantes nas escolas inclusivas, e através de reuniões há sempre diálogo com esses profissionais, com o intuito de tornar a educação inclusiva daquele ambiente mais próxima da realidade e promover cada vez mais a inserção de crianças com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar.

O Plano de Atendimento do AEE possui nove páginas, nas quais são descritos todos os passos dados na inclusão desses alunos no cotidiano regular da escola Municipal Presidente Vargas. A primeira página do documento é o formulário dos pais, no qual são preenchidas informações essenciais para o início do acompanhamento das crianças nas salas AEE. São fornecidas informações como o diagnóstico, a medicação, se a criança já faz alguma outra terapia e se houve algum problema na gestação que tenha contribuído para a necessidade especial do aluno, e o principal motivo para acompanhamento na sala de atendimento educacional especializado.

Tivemos acesso ao Plano de Atendimento do AEE de uma criança matriculada regularmente no terceiro ano do Ensino Fundamental na escola em análise, como mostra

a figura 1. O formulário dos pais ou responsáveis traz informações básicas da criança, indispensáveis para o início do atendimento na sala AEE.

Figura 1 - Formulário para pais ou responsáveis



Gerência Regional de Educação GRE - Arcoverde
 Educação Especial Inclusiva
 Sala de Atendimento Educacional Especializado – SAEE

FORMULÁRIO 1 – PAIS/RESPONSÁVEIS

1. DADOS SOBRE O ESTUDANTE:
 NOME: [REDACTED]
 IDADE: 7 DATA DE NASCIMENTO: 16 / 10 / 2009
 BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC): SIM () NÃO (X)

N° _____ Foto 3x4

2. ESCOLA: municipal Presidente Vargas
 ANO: 2017 TURNO: 1º

3. NOME DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS: [REDACTED]
[REDACTED]

4. ENDEREÇO: [REDACTED]
 TELEFONE: [REDACTED] TELEFONE (RECADO): _____

5. DIAGNÓSTICO CLÍNICO: Autismo + TDAH
 FAZ USO DE MEDICAÇÃO? (X) SIM () NÃO
 QUAL (IS)? Risperidona
 HORÁRIO (S): manhã e noite

6. QUAL O MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO PARA O AEE?
Transtorno de Déficit de atenção e hiperatividade.

7. REALIZA ALGUM TRATAMENTO DE SAÚDE? (X) SIM () NÃO
 QUAL (IS)? Terapias

QUAIS PROFISSIONAIS? Psicólogo + Fonoaudiólogo + T.O
 DIA/HORÁRIO: segunda-feira 13:10 às 16:10

8. ASPECTOS DA HISTÓRIA DE VIDA DO ALUNO:
 8.1. GESTAÇÃO (História e ocorrência):
Gestação normal, com acompanhamento mensal, sem intercorrência.

(Fonte: Acervo da Escola Municipal presidente Vargas)

Otávio, como vamos chamá-lo, tem o diagnóstico de Autismo e TDAH³, foi encaminhado para o atendimento AEE por causa do TDAH, a criança também é atendida em outro ambiente fora da escola no município vizinho por psicólogos e fonoaudiólogos. O atendimento na escola teve início em 2013 e foi muito importante na evolução de Otávio uma vez que, segundo as psicopedagogas responsáveis pelo atendimento do garoto, ele progrediu muito nesses últimos cinco anos chegando a ser alfabetizado.

O plano de atendimento do AEE possui outra página que é o “Registro de atividade diária do professor”, como vemos na Figura 2.

³O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade.
Fonte: WWW.tdah.org.br/sobre-tdah/o-que-e-tdah/

Figura 2– Formulário de Registro de atividade diária do professor



 Gerência Regional de Educação GRE - Arcoverde

 Educação Especial Inclusiva

 Sala de Atendimento Educacional Especializado – SAAE

 PACTO PARA DIFERENÇA

FORMULÁRIO 3

REGISTRO DE ATIVIDADES DIÁRIAS DESENVOLVIDAS – PROFESSOR AEE

ALUNO (A): XXXXXXXXXX

DATA	ATIVIDADE(S) TRABALHADA(S)	RESPOSTA(S) DO(A) ALUNO(A)
13 / 06 / 2018	Jogo soletrando palavras Geometria com pinos e ligas	Bom participa
20 / 06 / 2018	Modelo, letras finas Buzadinha, categorias	Participação boa
27 / 06 / 2018	Leitura de texto, escrita de palavras.	Desempenho bom
25 / 07 / 2018	Leitura de texto, jogo quebra cabeça, atividade de escrita	Desempenho muito bom
01 / 08 / 2018	Jogo quebra cabeça Leitura e interpretação de texto	Participação boa
07 / 08 / 2018	Jogo Tangram, formando peças. Carta palavras	Desempenho ótimo
13 / 08 / 2018	Carta de palavras, leitura e escrita de palavras.	Concluiu com sucesso
14 / 09 / 2018	Leitura e interpretação de texto.	Participação boa.
18 / 09 / 2018	Jogo Associação de ideias 32 peças.	Associação bem as ideias.

ATENÇÃO: Uma cópia desta ficha deverá ser entregue mensalmente a Equipe Pacto para Diferença.

OBSERVAÇÕES:

Assinatura do (a) professor(a) do AEE

Assinatura Equipe Pacto para Diferença

(Fonte: Acervo da Escola Municipal presidente Vargas)

Através desse registro é feito o acompanhamento diário do atendimento AEE, aqui é apresentada toda a rotina da criança durante o atendimento, e também o seu desempenho diante da atividade solicitada. Outra parte muito importante do plano de atendimento é o formulário do professor na sala regular, pois é a partir desse formulário e das observações repassadas pelo professor do regular que as atividades são programadas nas salas AEE.

A página de número 04 do documento é “Síntese Semestral do trabalho desenvolvido” (Figura 3) essa síntese detalha a evolução ou não da criança, trazendo os resultados do trabalho realizado na sala AEE.

Figura 3– Formulário de Síntese semestral do trabalho desenvolvido

PERNAMBUCO
 SERTANIA
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 SUPLENTE E CULTURA
 Gerência Regional de Educação GRE - Arcoverde
 Educação Especial Inclusiva
 Sala de Atendimento Educacional Especializado – SAAE
 PACTO PARA DIFERENÇA

FORMULÁRIO 4

SÍNTESE SEMESTRAL DO TRABALHO DESENVOLVIDO
 (MENCIONAR AS HABILIDADES ALCANÇADAS E NÃO ALCANÇADAS)

Nas habilidades alcançada de comunicação e linguagem, o aluno ler palavras e frases. Está evoluindo no desenvolvimento cognitivo e na aprendizagem. Muita dificuldade na coordenação motora fina, e tem muita mudança de comportamento.

Nélia Regina de O. Loet.
 Assinatura do (a) professor(a) do AEE

Assinatura Equipe Pacto

(Fonte: Acervo da Escola Municipal presidente Vargas)

A escola procura sempre seguir as práticas pedagógicas voltada para a inclusão, o que dificulta e atrasa esse processo é a falta de formação adequada do professor. Um dos maiores obstáculos enfrentados pela Secretaria Municipal de Educação é a falta de profissionais capacitados para atuar na educação especial, pois o município ainda não dispõe de cursos com frequência que possam preparar esses profissionais para a

inclusão de forma satisfatória. Outro fator que atrapalha a inclusão no município, é a recusa da família em matricular essas crianças nas salas AEE, além da não aceitação do diagnóstico da criança, mantendo-os apenas na sala de aula regular, dificultando assim o processo de inclusão.

Todo o material de apoio necessário para o funcionamento das salas AEE são fornecidos pelo MEC, tudo é entregue na sede da Secretaria de Educação e repassado para as gestoras de cada unidade, dificilmente surge a necessidade de comprar algo que já não seja fornecido pelo MEC, e quando surge a compra é feita pelas gestoras com a verba da UEX (Unidade Executora Própria) órgão determinado pelo MEC que repassa a verba para dar suporte financeiro às escolas do município.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS OBSERVAÇÕES.

Tendo como pressuposto o desejo da análise do ensino da Educação Inclusiva no município de Sertânia esta pesquisa dirigiu-se para uma abordagem na escola Municipal Presidente Vargas, a qual conta com duas professoras e psicopedagogas aptas a trabalhar com essa modalidade de ensino. O interesse por este tema de pesquisa surgiu a partir da vivência diária dentro da referida instituição, assistimos entre os meses de julho e setembro seis (06) aulas na sala AEE, além de duas reuniões com os pais e a coordenadora da Secretaria de Educação Flávia Cordeiro, com as quais pudemos acompanhar de forma muito próxima a realidade da escola dita inclusiva.

Através de conversas informais pudemos notar que uma das maiores preocupações demonstradas pelas profissionais da educação inclusiva é como inserir esses alunos na escola regular diante de tantas dificuldades e limitações de formação de professores. Preocupação que pudemos confirmar durante a observação de aulas na sala AEE.

Todas as atividades realizadas no atendimento AEE, são programadas de acordo com o que é repassado pelo professor da sala regular e de acordo com o que as psicopedagogas também observam no tempo que permanecem com as crianças.

Figura 4– atividade desenvolvida na sala de AEE (08/08/2018)



(Fonte: elaborada pela autora)

Pedrinho 8 anos (nome fictício) diagnosticado com Síndrome de Asperger e TDAH, sendo atendido na sala AEE, aula de coordenação motora e percepção. Nessa atividade a criança teria que separar com uma pinça os grãos de milho e caroços de feijão em determinado espaço de tempo, sem ajuda alguma.

Segundo a psicopedagoga, Girlene Cordeiro, responsável pelo atendimento do garoto, nesse tipo de atividade é trabalhada a coordenação motora, a percepção e também tem por objetivo manter o aluno concentrado e parado em um mesmo lugar por mais tempo, pois o mesmo tem Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e raramente fica concentrado em algo por mais de cinco minutos. Pedrinho está na escola há cinco (05) anos e vem mostrando um desenvolvimento muito proveitoso no decorrer desse tempo.

Durante a aula a criança permaneceu tranquila e atendia às solicitações das psicopedagogas, apenas na hora de finalizar a atividade mostrou-se inquieto e já desinteressado pela tarefa, fez a separação dos grãos, sozinho e não se queixou de nada.

Na aula observada em 15/08/18 na sala AEE, foi atendida outra criança de onze (11) anos, a qual iremos chamar de Júlia, diagnosticada com paralisia cerebral leve e que está a dez meses na escola Presidente Vargas. Nesse dia teve uma atividade de matemática, uma vez que Julia mesmo sendo alfabetizada, apresenta muita dificuldade nessa disciplina.

Na Figura 5, vemos Julia, sob orientação da Psicopedagoga Girlene Cordeiro, respondendo a atividade de adição nas fichas ilustradas, material que faz parte do acervo da sala AEE. Julia apesar do pouco tempo na sala AEE já apresenta um pequeno avanço, a família é muito presente na rotina escolar da garota, o que facilita seu processo de inclusão no ensino regular.

Figura 5– atividade desenvolvida na sala de AEE (15/08/2018)



(Fonte: elaborada pela autora)

Essa aula foi proveitosa, pois Julia conseguiu responder a boa parte das adições tendo uma avaliação positiva por meio das mediadoras da sala AEE, mostrou-se interessada nas adições queixando-se apenas quando os números eram altos e ela demorava um pouco mais para responder. Precisou de ajuda apenas para desvirar as fichas com as adições, pois devido a paralisia ainda sente dificuldades para se locomover e carregar pequeno objetos.

Durante essa mesma semana, no dia 18/08/18, observamos outra criança, a qual vamos chamar de Gustavo, 8 anos, diagnosticado com Autismo leve e Ansiedade, também estudando matemática nas fichas ilustradas e adição no material didático, “Geoplano escolar”, material de apoio pertencente à sala AEE.

Figura 6– atividade desenvolvida na sala de AEE (18/08/2018)



(Fonte: elaborada pela autora)

Figura 7– atividade desenvolvida na sala de AEE (18/08/2018)



(Fonte: elaborada pela autora)

Gustavo está há quatro anos na escola, veio de escola particular também localizada no município, na qual não tinha nenhum acesso à educação inclusiva. Seu desenvolvimento progrediu muito nos últimos três anos, após o recebimento do seu diagnóstico fechado, Gustavo foi encaminhado para a sala AEE, e lá começou a fazer atividades mais específicas e proveitosas de acordo com suas limitações.

Durante a atividade Gustavo, mostrou-se um pouco sonolento e inquieto. No entanto, após seu início, ele começou a mostrar interesse e fez tudo que foi solicitado, mostrando um bom desempenho.

A próxima aula assistida na sala AEE foi em 29/08/18, observamos mais duas crianças, a primeira iremos chamar de Helena, sete anos, diagnosticada com autismo severo e TDAH. Na Figura 8, Helena assiste aula de coordenação motora, e percepção, utilizando o quebra cabeça ilustrado. Essa aula aconteceu fora da sala AEE, fomos para o auditório da escola, pois a didática preparada exigia um espaço maior.

A aluna sempre encontra-se sozinha, pois se recusa a manter contato com os demais, apresentando comportamento isolado e quando contrariada se mostra agressiva.

Figura 8– atividade desenvolvida na sala de AEE (29/08/2018)



(Fonte: elaborada pela autora)

Helena não apresenta dificuldade no manuseio das cartinhas, tem raciocínio rápido, durante a atividade teve pouca concentração e se mostrava muito agressiva quando alguém se aproximava para ajudar. Segundo Nélia Laet, psicopedagoga que a acompanha, Helena tem um bom rendimento apesar do isolamento, durante a atividade ela não se recusou a fazer, porém quis fazer tudo sozinha e não aceita ajuda.

Na imagem 9, temos Rodrigo (Nome fictício), também atendido pela sala AEE, participando da aula no Tapete da Percepção, trabalhando a coordenação motora, lateralidade e as cores. Rodrigo foi recebido na escola no início do ano letivo de 2018, ainda está numa fase de adaptação, vindo de escola particular também localizada no município de Sertânia, não tinha atendimento AEE, pois as escolas particulares de Sertânia não dispõem desse serviço, um atraso em relação à educação no município.

Rodrigo já interage bem com as demais crianças e a equipe pedagógica da escola, há uma recusa dos pais em aceitar suas limitações, mas esse fato também vem

sendo trabalhado e numa parceria da escola com a família essas barreiras estão ficando vez mais escassas.

Figura 9– atividade desenvolvida na sala de AEE (29/08/2018)



(Fonte: elaborada pela autora)

Durante a atividade Rodrigo apresentou bastante entrosamento com todos os colegas da sala AEE, realizou a atividade sem queixa alguma e também não solicitou ajuda, sempre eufórico e muito agitado queria repetir mais vezes o circuito do tapete utilizado na atividade.

Na aula do dia 04/09/18 observamos José (nome fictício), sete anos, diagnosticado com autismo leve, que está há dois anos na escola sendo acompanhado pelo AEE, vindo de escola particular onde também não tinha atendimento e nem laudo definitivo. É introvertido, nesses dois anos de atendimento vem progredindo, apresenta pouca desenvoltura em atividades corporais. Também participa da banda marcial da escola tocando pratos, numa ideia lançada entre a gestão da escola e os pais, na qual as crianças com necessidades especiais são convidadas a participar de toda e qualquer atividade da escola, uma vez que o intuito da gestão é tornar a escola o mais inclusiva possível.

Na figura 11, podemos ver José andando sobre a fita, numa aula de coordenação motora, que tinha como objetivo também trabalhar as noções de lateralidade. Uma grande dificuldade apresentada por José que é se equilibrar quando surge a necessidade de andar em espaços de piso estreito ou escorregadio.

Figura 10– atividade desenvolvida na sala de AEE (04/09/2018)



(Fonte: elaborada pela autora)

Ele apresentou dificuldade em se equilibrar chegando a cair várias vezes, precisando de ajuda para fazer todo o percurso da fita, porém em nenhum momento relutou em fazer a atividade.

Após o término das atividades no auditório da escola, as crianças saíram um pouco mais cedo que o horário habitual, pois haveria uma reunião com os pais, para a qual fomos convidados a participar. Durante a reunião pudemos conferir que a presença constante das famílias dessas crianças na escola torna-se mais uma arma na luta em favor da inclusão, pois, segundo Maria Teresa Lafayette gestora da escola em análise, o trabalho da equipe da sala AEE precisa ter a colaboração ativa desses pais, para que seus pequenos se desenvolvam com maior segurança, confiando em si mesmo e em sua capacidade de conquistar tudo que lhes for necessário, para sua inserção na escola regular e na sociedade de um modo geral.

Além das aulas observadas, realizamos também uma entrevista com as duas psicopedagogas responsáveis pelo atendimento na sala AEE, em anexo. A primeira, Nélia Laet, está na Escola Municipal Presidente Vargas há seis anos, ela já trabalhava na escola há muito tempo, porém na sala de aula regular, e via um grande número de crianças com dificuldades de aprendizagem, então surgiu a ideia de se especializar em educação especial para dar início ao processo de inclusão na referida escola, juntamente com a colega Girlene Cordeiro, também formada em educação especial pela UPE, foram responsáveis por assumir a primeira turma de sala AEE em 2014, ambas trabalham juntas até o presente ano, se revezam para atender uma demanda de 26 crianças com as mais variadas patologias.

Há na escola 12 mediadoras, que acompanham crianças na sala regular, auxiliando-as em suas atividades, um ponto negativo é que apenas uma delas está em formação de educação especial, as demais possuem apenas Normal Médio, antigo magistério. As psicopedagogas Nélia Laet e Girlene Cordeiro afirmam ainda que a falta de espaço físico e de mais profissionais capacitados, a falta de recursos tecnológicos, mediadoras capacitadas e uma equipe multidisciplinar também são pontos negativos no processo de inclusão. No entanto, apesar de todos os percalços do caminho, devido a falta de informação e resistência em incluir, afirmam se sentirem realizadas na sala AEE, e preparadas para lidar com as dificuldades que não poucas. Vejamos a entrevista na íntegra nos anexos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial no município de Sertânia encontra-se em avanço significativo, mediante a análise dessa pesquisa, enfrentando algumas dificuldades, porém, incluindo várias crianças aos poucos no cotidiano de uma escola regular. Como vimos no decorrer da pesquisa, a educação inclusiva nem sempre teve destaque na sociedade, pois por um considerável tempo era de pouca ou nenhuma importância a inserção de crianças e adolescentes na sociedade e na vida escolar.

Ainda na atualidade esse processo de inclusão não se firmou como deveria apesar de existirem leis que garantem o direito à inclusão. Pois, a realidade vivenciada é outra, muitas instituições de ensino não têm condições de receber e de fato inserir esse aluno no cotidiano regular das escolas, infelizmente, ainda faltam profissionais capacitados e o sistema educacional se adequar às necessidades desses alunos.

A escola Municipal Presidente Vargas, destaca-se no Município de Sertânia como a escola modelo em inclusão. Existe ainda muita dificuldade, pois a escola não possui um espaço físico adequado, ainda não se tem uma equipe completa de profissionais aptos para trabalhar com essas crianças e a grande maioria dos mediadores que acompanham as crianças na sala regular não tem nenhuma formação na área, ou está fazendo algum curso à distância.

Além desses fatos, há também a questão familiar, muitos parentes se negam a aceitar o laudo definitivo e dificultam o acesso dessas crianças ao ensino regular, sendo necessária uma intervenção maior, como reuniões constantes, e até mesmo visitas domiciliares, dos profissionais de educação especial, para “convencer” esses pais e responsáveis a aceitar a condição de seus filhos e lutar pelos direitos.

Para que de fato haja a inclusão social e escolar, é necessária uma mudança na mentalidade das pessoas, e uma maior valorização da diversidade humana. Nós, futuros profissionais da educação que iremos trabalhar com essa nova geração que se forma, temos que pensar e refletir a valorização humana como um princípio fundamental, pois esses novos cidadãos irão impor os padrões da nova sociedade, e deve ser através da convivência com o diferente que a sociedade deve conceber uma maneira mais simples no processo da inclusão e esse é o pontapé inicial para a criação de uma escola inclusiva e de capacidade para todos.

O êxito na inclusão de alunos com necessidade educacional especial na escola comum realiza-se em consequência de se conseguir resultados satisfatórios por parte dessas crianças na sua formação, e esses resultados só serão possíveis através de uma adaptação das práticas educativas à realidade desses alunos.

A Escola Municipal Presidente Vargas vem fazendo essas adaptações tanto de práticas educativas como de espaço físico, já que em breve a instituição irá ganhar novas acomodações um novo prédio com salas totalmente adaptadas a realidade das crianças.

No decorrer de nossa pesquisa podemos constatar que a escola vem oferecendo um trabalho importante e que está mostrando resultados satisfatórios, pois a cada ano o número de crianças com diagnóstico fechado a procura pela referida escola aumenta, apesar de poucos profissionais aptos a trabalhar com essas crianças, os demais funcionários sempre estão dispostos a ajudar de alguma maneira para que a permanência dessas crianças na escola se dê de forma normal.

Nélia Laet e Girlene Cordeiro, as duas psicopedagogas responsáveis pelo atendimento na sala AEE, afirmam que ao longo dos últimos cinco anos a escola vem alcançando muitas conquistas e é cada vez mais destaque no município quando se trata de inclusão, e isso se dá devido à união dos profissionais envolvidos com a causa, além da atuação constante da gestora da escola Tereza Lafayette, em buscar sempre materiais adequados e todo suporte na medida do possível para que as crianças sejam inclusas na escola regular.

Durante as aulas observadas podemos verificar que de fato todo o suporte e apoio possível as crianças têm e que a maioria delas está se desenvolvendo bem, poucos se negam a participar de alguma atividade, há aqueles que infelizmente os pais não levam ao atendimento AEE, quanto a estes a escola ainda estuda uma estratégia para fazê-los frequentar essa sala.

Quando a escola regular assume que as dificuldades no processo de inclusão não são apenas das crianças, mas também de como as aulas são ministradas, há uma auto-avaliação e isso contribui e reforça o processo de inclusão. Incluir não é fácil, envolve mudanças nas pessoas envolvidas, é um trabalho longo e cheio de percalços pelo caminho, mas, que se feito de maneira proveitosa e com dedicação, colherá bons frutos. O direito a igualdade é um sonho de muitos indivíduos para um futuro, que esperamos não estar tão distante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica** / secretaria de educação Especial- MEC; SEESP,2001.

_____. **Lei Nº 9394/96** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 1996. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf>. Acesso em: 18 set. 2018.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**.2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

FERREIRA, W. B. Inclusão X Exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In: RODRIGUES, D. (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sumus, 2006.

LEITE, A. R. **A educação especial no Brasil e os aspectos pedagógicos** (2011)Disponível em: Webartigos.com/artigos/a-educacao-especial-no-brasil-e-os-aspectos-pedagogicos/78097#ixzz5LWhBji55. Acesso em 17 jul. 2018

MAZZOTTA, M. J. da S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: Contextos Sociais**. São Paulo: Artmed, 2003.

MORENO, A. C.; FAJARDO, V. **Inclusão de alunos com deficiência intelectual cresce e desafia escola**.Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/03/inclusao-de-alunos-com-deficiencia-intelectual-cresce-e-desafia-escolas.html>.Acesso em 11 jul. 2018.

MRECH, L. M.**O que é educação inclusiva?** [2007]. Disponível em: <http://www.geocities.com/Athens/Styx/9231/educacaoinclusiva.html> Acesso em: 14 jul. 2018.

PAULON, S. M; FREITAS, L. B. L.; PINHO, G. S. **Documento subsidiário à política de inclusão**– Brasil: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

PEREIRA, L. M.**Evolução Histórica da Educação Especial**. In Integração Escolar, Coletânea de Textos. Lisboa: FMH/UTL, 1993.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

PIAGET, J. **Seis estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

ANEXOS

Anexo A – Entrevista com psicopedagogas

Universidade Estadual da Paraíba
 Centro de Ciências Humanas e Exatas
 Curso de Licenciatura em Letras
 Disciplina: Trabalho de conclusão de curso (TCC)
 Orientadora: Maria da Conceição Almeida Teixeira
 Aluno (a): Ângela Bárbara Silva de Aquino Barbosa

Qual é a sua formação específica na área da educação?

Educação especial

Há quanto tempo você atua nessa área?

há seis anos.

Como surgiu o interesse para atuar nessa modalidade de ensino?

Vi um grande número de crianças com dificuldades de aprendizagem na escola que trabalho

Quais são as principais dificuldades encontradas por essa instituição para o atendimento nas Salas AEE?

Espaço pequeno para trabalhar atividades pedagógicas e lúdicas.

Quantas crianças com necessidades educacionais especiais são atendidas nessa instituição? vinte e seis.

Quantas e quais são os profissionais da educação especial desta unidade de ensino?

Doze profissionais

Há uma interação com os demais funcionários dessa instituição para que de fato essas crianças e adolescentes sejam incluídas no ambiente escolar?

Em parte, pois nem todos tem visão da inclusão.

De acordo com a declaração de Salamanca "as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras." (1994 p.3) Nessa instituição tem como acomodar e atender qualquer limitação de crianças e adolescentes com necessidades especiais, ou há ainda algo que precise ser feito para que a instituição esteja apta a receber qualquer aluno com qualquer limitação?

Não, a instituição precisa ser ampliada, materiais de apoio, recursos tecnológicos e docentes especializados e equipe multidisciplinar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Inclusiva (2011) defendem o ingresso dos alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino, sendo abolido qualquer tipo de conduta preconceituosa ou excludente. Essa prática já é comum nessa instituição, ou ainda há preconceito e alguma forma de resistência no processo de inclusão desses alunos?

Ainda há muita falta de informação e a resistência é constante.

Como é a relação de vocês com as famílias das crianças atendidas nesta unidade de ensino? Há uma colaboração dessas famílias?

Sim há um bom relacionamento entre escola e família e uma boa colaboração das famílias.

De que maneira vocês se enxergam realizando esse trabalho de inclusão?

Estão realizada por estar preparada para trabalhar com a inclusão, mesmo enfrentando algumas dificuldades mas sinto muito bem com esse trabalho!

Giulene Condeiro dos Santos Batista.

Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Ciências Humanas e Exatas
Curso de Licenciatura em Letras
Disciplina: Trabalho de conclusão de curso (TCC)
Orientadora: Maria da Conceição Almeida Teixeira
Aluno (a): Ângela Bárbara Silva de Aquino Barbosa

Qual é a sua formação específica na área da educação?

Educação Especial

Há quanto tempo você atua nessa área?

Seis anos

Como surgiu o interesse para atuar nessa modalidade de ensino?

Vi um grande número de crianças com dificuldade de aprendizagem que me chamou a atenção na escola que leciono.

Quais são as principais dificuldades encontradas por essa instituição para o atendimento nas Salas AEE?

Espaço pequeno para trabalhar atividades pedagógicas e vivências lúdicas

Quantas crianças com necessidades educacionais especiais são atendidas nessa instituição? Vinte e seis

Quantas e quais são os profissionais da educação especial desta unidade de ensino?

Doze profissionais

Há uma interação com os demais funcionários dessa instituição para que de fato essas crianças e adolescentes sejam incluídas no ambiente escolar?

Em parte, pois nem todos tem visão da inclusão escolar.

De acordo com a declaração de Salamanca "as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras." (1994 p.3). Nessa instituição tem como acomodar e atender qualquer limitação de crianças e adolescentes com necessidades especiais, ou há ainda algo que precise ser feito para que a instituição esteja apta a receber qualquer aluno com qualquer limitação?

Não, a instituição precisa ampliar o espaço, materiais de apoio, recursos tecnológicos e docentes especializados e equipe multidisciplinar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Inclusiva (2011) defendem o ingresso dos alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino, sendo abolido qualquer tipo de conduta preconceituosa ou excludente. Essa prática já é comum nessa instituição, ou ainda há preconceito e alguma forma de resistência no processo de inclusão desses alunos?

Sim, há muita falta de informação e a resistência é constante.

Como é a relação de vocês com as famílias das crianças atendidas nesta unidade de ensino? Há uma colaboração dessas famílias?

Boa, há um bom relacionamento escola x família e uma boa colaboração das famílias.

De que maneira vocês se enxergam realizando esse trabalho de inclusão?

Mesmo com dificuldade estou desenvolvendo um trabalho bom.

Nélia Regina de Oliveira Laet.